

Conservar a Amazônia é um dos grandes desafios da agenda ambiental brasileira, desde os anos 1980 com luta de Chico Mendes pela criação das Reservas Extrativistas. A complexidade do assunto desperta a pergunta: como utilizar de forma sustentável os recursos florestais do país? Entre as inúmeras respostas, formuladas por ambientalistas e órgãos de governo, encontramos o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF). Para falar sobre o tema, conversamos com o mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável e coordenador executivo da ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Manuel Amaral Neto. Ele é coautor de 16 publicações e mais 30 artigos científicos e técnicos relacionados ao MFCF.

Como caracterizar o MFCF?

Basicamente é uma modalidade de uso do recurso florestal, realizado por famílias, comunidades locais ou grupos sociais mais amplos. Eles estabelecem direitos e compromissos formais com a manutenção da floresta no longo prazo. Os objetivos sociais, econômicos e ambientais desse manejo se integram em uma paisagem ecológica e cultural, produzem madeira e produtos florestais não madeireiros (óleos, sementes), tanto para consumo, como para o mercado. A formalização do MFCF é feita principalmente pelo estabelecimento de um Plano de Manejo Florestal (PMF) que deve ser aprovado por órgãos ambientais.

“É preciso promover o manejo florestal comunitário”

PARA O COORDENADOR EXECUTIVO DA ONG INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB), MANUEL AMARAL NETO, O USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA POR COMUNIDADES TRADICIONAIS É UMA ALTERNATIVA PARA CONTER A EXPLORAÇÃO ILEGAL DA MADEIRA E O DESMATAMENTO.

TEXTO LUCAS FILHO FOTOS ACERVO IEB



LUCAS FILHO / ACERVO IEB

Quais as qualidades dessa forma de aproveitamento da floresta?

Estudos demonstram que a adoção do manejo reduz o dano à floresta e aumenta a eficácia no aproveitamento de seus produtos. Em função da diversidade de espécies encontradas em florestas tropicais, essa atividade tem enorme potencial de mercado. Além disso, quando o manejo é praticado em áreas comunitárias, por grupos de usuários locais, torna-se possível fortalecer o controle social na utilização dos recursos florestais. Ou seja, as famílias não só podem participar da fatia do mercado de madeira tropical, como também podem se tornar aliadas estratégicas para a conservação ambiental. É importante esclarecer que a implementação de planos de manejo requer um planejamento de longo prazo. Por isso, é necessário o desenvolvimento de técnicas de impacto reduzido. Sem a adoção desses métodos o recurso pode ficar escasso rapidamente, ou seja, vamos estar

diante de uma forma predatória de utilização da floresta.

Em relação a outros países, como o Brasil está na adoção do manejo de baixo impacto realizado pelas comunidades?

O protagonismo das comunidades na formalização e implementação de planos de manejo na Amazônia brasileira é recente. Data da segunda metade dos anos de 1990. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foi quem impulsionou os primeiros planos de manejo madeireiro. Países como a Bolívia, Peru e Equador também desenvolvem sistemas de manejo por comunidades. No entanto, na América Central, países como México e Guatemala apresentam experiências mais consolidadas de MFCE. Os dados oficiais apontam a existência de cerca de 900 planos de manejo praticados por famílias e comunidades na Amazônia brasileira. Existe potencial para muito mais. Porém, antes disso, é preciso desenvolver capacidades locais para as famílias

“Os pesquisadores têm demonstrado resultados satisfatórios do uso de técnicas de impactos reduzidos para adoção do manejo sustentável. É visível a capacidade de regeneração em áreas sob manejo, quando comparada com o uso sem manejo em uma atividade florestal”



HERMANNASS / ACERVO IEB



KÁTIA CARVALHEIRO / ACERVO IEB

manejarem suas áreas. Aprender mais com as experiências dos países vizinhos poderia ser um caminho interessante.

É possível afirmar que o manejo da floresta ajuda a conter o desmatamento? Como?

Não resta a menor dúvida que sim. Os pesquisadores têm demonstrado resultados satisfatórios do uso de técnicas de impactos reduzidos para adoção do manejo sustentável. É visível a capacidade de regeneração, imitando o comportamento natural da floresta, em áreas sob manejo, quando comparada com o uso sem manejo em uma atividade florestal. No entanto, ainda é preciso que a maioria das empresas florestais passe a adotá-las. Além disso, do ponto de vista da conservação, o manejo é muito mais interessante quando comparado a outros usos do solo, como agricultura e pecuária intensiva. Porém, ainda é comum o manejo ser confundido com desmatamento. Esse entendimento só ajuda a fortalecer o mercado ilegal e predatório de recursos florestais.

Na sua avaliação, se o MFCF é tão eficaz para cumprir uma meta importante do Acordo de Paris (em relação a 2005, cortar as emissões de gases do Brasil em 37% até 2025), por que ele tem sido pouco utilizado entre as políticas públicas de contenção do desmatamento?

Falta ao Estado brasileiro incorporar as comunidades na agenda de gestão de florestas públicas. Mais de 60% dessas florestas são comunitárias, como exemplo assentamentos da Reforma Agrária, Unidades de Conservação e Territórios Indígenas. Se por um lado esses territórios de florestas comunitárias constituem uma barreira natural para o avanço do desmatamento, por outro é importante viabilizá-los com políticas públicas de promoção de alternativas sustentáveis. Especificamente no caso do MFCF, há



LUCAS FILHO / AGENVIO/IEB

um programa do governo federal, criado em 2009, que ainda não saiu do papel. No Pará, há quatro anos discute-se a formulação de um programa estadual de apoio do MFCF.

É possível mudar o cenário e dar escala a essa modalidade de manejo?

Sim. Primeiro, porque é necessário incorporar as florestas comunitárias na equação do abastecimento do setor madeireiro. Por exemplo, as florestas comunitárias da Amazônia são capazes de abastecer 60% da demanda potencial do mercado de madeira no Brasil. Além disso, o MFCF constitui-se, juntamente com as Concessões Florestais e a Certificação Socioambiental,

PRESERVAR PARA O FUTURO

A ausência de técnicas de manejo na extração da madeira pode levar à escassez do produto. Ou seja, a exploração predatória da floresta prevalecerá.



“Se por um lado esses territórios de florestas comunitárias constituem uma barreira natural para o avanço do desmatamento, por outro é importante viabilizá-los com políticas públicas de promoção de alternativas sustentáveis”

como dispositivos potenciais para o aumento do controle social sobre a exploração florestal na Amazônia. No entanto, é preciso articular políticas públicas de promoção do manejo florestal comunitário.

Qual o papel da sociedade civil nesse cenário?

Veja que a sociedade civil organizada deva qualificar demandas, articular políticas públicas e promover a governança florestal. De um modo geral, setores das ONG, movimentos sociais e instituições de pesquisa têm demandado o tema a diferentes estruturas de governo: seja na implementação do Pro-

grama Federal de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, como também na estruturação de um Programa Estadual de Apoio do Manejo Florestal, submetido aos órgãos estaduais no Pará. Além disso, está em curso no Pará a constituição de um Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Trata-se de uma iniciativa de organizações comunitárias, ONGs e instituições de pesquisa. Eles elaboraram uma agenda em defesa dos territórios de florestas comunitárias no Estado com o objetivo de promover o diálogo e a integração de ações que promovam o manejo e uso sustentável dos recursos naturais. 